GENERALI

Generali Brasil Seguros S.A.
CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 – 16º andar
Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.220-460
Tel.: (21) 2508 0100

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.

Senhores acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2022. Este conteúdo foi confeccionado em comparação ao mesmo período de 2021 e abrange os dados do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Resultado Abrangente, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e está acompanhado das Notas Explicativas, do Parecer Atuarial e do Relatório dos Auditores Independentes.

Perfil
Com quase 75.000 funcionários e cerca de 67 milhões de clientes, tem uma posição de liderança na Europa e presença crescente na Ásia e na América Latina. Em 2022, a Generali Brasil foi eleita uma das 20 empresas mais inovadoras do país pelo MIT Technology Review, sendo a única seguradora no ranking.
A companhia está no Brasil desde 1925 e foi a primeira seguradora estrangeira a chegar aqui. Desde agosto de 2019, a nossa Matriz encontra-se em um edifício moderno e sustentável na região do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

Estratégia Generali
A Generali Brasil, como parte de seu plano estratégico, segue consolidando seu foco em Seguros Massificados, Seguros de Vida em Grupo e Grandes Riscos.
Este ano, o plano permanece efetivo e ainda mais válido no contexto do mercado atual. A Generali Brasil aproveita a excelência do Grupo na Itália para executar sua estratégia de forma disciplinada, focada na forte rede de distribuição e no modelo de negócio diversificado.
Nosso seguro tem um importante papel social, que é oferecer tranquilidade e segurança a milhões de brasileiros.

Desempenho Econômico
A economia brasileira cresceu acima das expectativas em 2022 mas com significativa perda de velocidade nos últimos meses. Com política monetária restritiva e dissipação do impulso "pós-Covid", as projeções para o crescimento do PIB são de 1% em 2023 e 0,8% em 2024. A dinâmica inflacionária tem sido mais benigna nos últimos meses. Para 2023 e 2024, projetam-se aumentos de 5,4% e 4,0%, respectivamente, considerando o aumento de impostos e sinalizando políticas fiscais e parafiscais mais expansionistas.
A projeção da taxa de câmbio brasileira é de R$/US$ 5,30 ao final de 2023 e R$/US$ 5,40 ao final de 2024. O risco fiscal também tende a elevar as expectativas de inflação, previsão de estabilidade da taxa Selic (atual patamar de 13,75%) ao longo de 2023.
Com a mudança do ambiente político nacional em 2023, é esperada certa pressão inflacionária, principalmente nas discussões que tangem a SELIC por ser o principal instrumento de política monetária utilizada no controle da inflação. Apesar da possibilidade dessa pressão já ser visível nos primeiros meses de 2023, as expectativas do crescimento da economia para este ano, incluindo o PIB, não são significativamente desaceleradas, e mantêm um patamar de crescimento mesmo considerando a nova gestão política do país.
Para o setor de seguros, 2022 foi um ano de crescimento consistente nas arrecadações, evidenciando o aumento da demanda por proteção da sociedade nos mais diversos produtos. Apesar da desaceleração econômica, o mercado de trabalho continua apresentando bons sinais, com redução da taxa de desemprego e aumento da renda.
No exercício de 2022, o mercado segurador nacional apresentou uma recuperação e crescimento quando comparado com 2021. Os seguros "Massificados" cresceram 15,7% em prêmios durante o exercício, assim como os seguros de "Grandes Riscos" e "Garantia Estendida", que também apresentaram um crescimento de 36,7% e 4,4% respectivamente, quando comparado com o ano anterior.
A Generali Brasil Seguros S.A, em 2022. visou consolidar suas relações com os parceiros comerciais já existentes, fortalecendo e estreitando a relação com os seus segurados. Ainda em 2022, a Companhia focou na projeção de novas parcerias que possam adicionar valor ao *business* em 2023, possibilitando um crescimento orgânico ainda maior.
A Generali Brasil encerra o ano de 2022 com o lucro de R$ 24,5 milhões, comparado com o prejuízo de R$ 56,9 milhões de dezembro de 2021, principalmente devido ao crescimento do canal de affinities, incluindo novos produtos lançados no mercado como o "Cartão Benefício" e "Seguro PIX", impactando positivamente o resultado da Generali. Os prêmios emitidos totais foram de R$ 1,1 bilhão, dos quais R$ 981,5 milhões são provenientes de affinities.
O resultado do exercício de 2022 também foi impactado positivamente por uma sinistralidade mais controlada, considerando os efeitos de estabilização do cenário nacional "pós COVID", e uma melhora no resultado financeiro que acompanhou o aumento da taxa SELIC para o exercício.
Fonte(s): Banco Central, Itaú e Santander, Grupo Abril, Ministério da Saúde, Nexo, Agência Brasil, Folha de São Paulo, Valor Econômico, Estado, Globo, Gazeta do Povo, Goldman Sachs, JP Morgan, Gavekal, Capital Economics, Vital Knowledge, MCM, Pastore Associados, Bloomberg, Broadcast, IPEA.Gov.

Agradecimento
Agradecemos a todos os segurados que nos confiaram suas conquistas, aos corretores que nos indicaram como solução a seus clientes e aos colaboradores da Generali. Agradecemos também aos acionistas pelo apoio e confiança em nossa administração e às entidades e autoridades ligadas às nossas atividades.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	**1.380.283**	**1.167.229**
Disponível	**3.088**	**13.079**
Caixa e bancos	**3.088**	13.079
Aplicações (Nota 5)	**522.565**	**364.161**
Crédito das operações com seguros e resseguros	**205.338**	**250.622**
Prêmios a receber (Nota 6)	124.239	144.271
Operações com seguradoras	753	136
Operações com resseguradoras (Nota 7.1)	66.081	82.973
Outros créditos operacionais (Nota 11)	14.265	23.242
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 18)	**484.911**	**414.514**
Títulos e créditos a receber	**4.377**	**4.855**
Créditos tributários e previdenciários (Nota 12)	2.983	2.679
Outros créditos	1.394	2.176
Outros valores e bens (Nota 8)	**44**	**209**
Depósitos compulsórios	**-**	**6**
Despesas antecipadas (Nota 9)	**23.546**	**1.617**
Custos de aquisição diferidos (Nota 10)	**136.414**	**118.166**
Ativo Não circulante	**628.218**	**495.402**
Realizável a longo prazo	**421.862**	**263.918**
Aplicações (Nota 5)	**255.681**	**108.141**
Outros Créditos	**97.860**	**103.848**
Outros créditos operacionais (Nota 11)	81.343	81.496
Créditos a receber	730	676
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 17)	15.787	21.676
Outros valores e bens (Nota 8)	**12.432**	**13.089**
Despesas antecipadas (Nota 9)	**-**	**24.105**
Custo de aquisição de diferidos (Nota 10)	**14.407**	**14.735**
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 18)	**41.482**	**-**
Investimentos	**43**	**43**
Outros investimentos	43	43
Imobilizado (Nota 13)	**4.636**	**6.729**
Bens móveis	1.537	2.210
Outras imobilizações	3.099	4.519
Intangível (Nota 14)	**201.677**	**224.712**
Outros intangíveis	201.677	224.712
Total do ativo	**2.008.502**	**1.662.631**

PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante	**1.398.548**	**1.115.031**
Contas a pagar	**74.359**	**52.475**
Obrigações a pagar (Nota 15)	32.616	21.896
Impostos e encargos sociais a recolher	7.604	9.281
Encargos trabalhistas	5.869	4.533
Impostos e contribuições	10.530	2.858
Outras contas a pagar	17.740	13.907
Débitos de operações com seguros e resseguros	**229.350**	**217.370**
Prêmios a restituir	3.211	2.845
Operações com seguradoras	888	7.023
Operações com resseguradoras (Nota 7.2)	114.553	140.530
Corretores de seguros e resseguros	24.483	23.342
Outros débitos operacionais	86.215	43.630
Depósitos de terceiros (Nota 16)	**14.849**	**12.496**
Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	**1.062.672**	**829.758**
Danos	429.707	372.074
Pessoas	632.965	457.684
Débitos diversos	**17.318**	**2.932**
Passivo Não circulante	**118.486**	**116.979**
Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	**67.214**	**76.228**
Danos	49.384	61.146
Pessoas	17.830	15.082
Outros débitos	**51.272**	**40.751**
Provisões judiciais (Nota 17)	38.584	23.810
Débitos diversos	12.688	16.941
Patrimônio líquido (Nota 22)	**491.468**	**430.620**
Capital social	1.677.819	1.637.819
Reserva de capital	7.240	5.247
Ajuste de avaliação patrimonial	(18.252)	(12.600)
Prejuízos acumulados	(1.175.339)	(1.199.846)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.008.502**	**1.662.631**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	1.282.810	1.040.545
Variações das provisões técnicas	(59.609)	(9.216)
Prêmios ganhos (Nota 23)	1.223.201	1.031.329
Receita (Cancelamento) com emissão de apólices	(19)	-
Sinistros ocorridos (Nota 23)	(486.589)	(513.542)
Custos de aquisição (Nota 26.a)	(531.863)	(363.641)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 26.b)	(59.217)	(88.277)
Resultado com resseguro (Nota 26.c)	23.696	16.307
Receitas com Resseguro	256.875	234.426
Despesas com Resseguro	(233.179)	(218.119)
Despesas administrativas (Nota 26.d)	(147.705)	(125.723)
Despesas com tributos (Nota 26.e)	(54.570)	(32.744)
Resultado financeiro (Nota 26.f)	91.805	16.124
Receitas financeiras	96.696	32.408
Despesas financeiras	(4.891)	(16.284)
Resultado operacional	58.739	(60.168)
Ganho (perdas) com ativos não correntes (Nota 26.g)	(9.263)	8.405
Resultado antes dos impostos e participações	49.476	(51.763)
Imposto e contribuição	(14.947)	-
Resultado depois dos impostos e participações	34.529	(51.763)
Participações sobre o resultado	(10.022)	(5.103)
Lucro/Prejuízo do exercício	**24.507**	**(56.866)**
Quantidade de ações	6.008.062	5.504.284
Lucro/Prejuízo por ação (expresso em R$ por ação)	4,08	(10,33)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/Prejuízo do exercício	**24.507**	**(56.866)**
Outros resultados abrangentes líquidos, a serem reclassificados para resultado em períodos subsequentes		
Variação do valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	(9.420)	(17.589)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	3.768	1.995
Total do resultado abrangente do exercício	**18.855**	**(72.459)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/Prejuízo do exercício	**24.507**	**(56.866)**
Ajustes para		
Depreciação e amortização	20.949	28.728
Constituição (reversão) de provisão para contingências	14.772	10.435
Resultado da baixa de intangível e imobilizado	11.592	25.998
Provisão de impairment de intangível	6.357	15.979
Reversão (constituição) de provisão para redução do valor recuperável dos ativos	(9.123)	8.217
Remuneração baseada em ações	1.993	(4.524)
	71.047	27.967
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(311.595)	(71.416)
Créditos das operações de seguros e resseguros	45.429	73.074
Ativos de resseguro	(111.879)	(56.199)
Créditos fiscais e previdenciários	(304)	437
Despesas antecipadas	2.175	13.071
Custos de aquisição diferidos	(17.920)	(20.253)
Outros ativos	10.686	(41.555)
Depósitos judiciais e fiscais	5.889	(247)
Outras contas a pagar	16.932	(5.162)
Impostos e contribuições	7.331	(9.314)
Débitos de operações de seguros e resseguros	11.980	(80.755)
Outros passivos	11.147	16.550
Depósitos de terceiros	2.352	(19.141)
Provisões técnicas – seguros	223.900	91.926
Juros sobre arrendamentos	(1.011)	(907)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(33.841)**	**(81.924)**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra		
Imobilizado	(120)	(173)
Intangível	(13.650)	(22.747)
Recebimento pela venda		
Intangível	-	34.900
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(13.770)**	**11.980**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	40.000	74.418
Pagamento de passivo por arrendamento	(2.380)	(3.042)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**37.620**	**71.376**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(9.991)**	**1.432**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.079	11.648
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.088	13.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.513.401**	**-**	**9.771**	**2.994**	**(1.142.980)**	**433.186**
Aumento de capital	-	74.418	-	-	-	74.418
Aprovação do aumento do capital	74.418	(74.418)	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	(4.524)	-	-	(4.524)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	(15.594)	-	(15.594)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(56.866)	(56.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.637.819**	**-**	**5.247**	**(12.600)**	**(1.199.846)**	**430.620**
Aumento de capital – (Nota 22.1)		**40.000**				**40.000**
Aprovação do aumento do capital - (Nota 22.1)	**40.000**	**(40.000)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Remuneração baseada em ações (Nota 25)	**-**	**-**	**1.993**	**-**	**-**	**1.993**
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	**-**	**-**	**-**	**(5.652)**	**-**	**(5.652)**
Lucro do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.507**	**24.507**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.677.819**	**-**	**7.240**	**(18.252)**	**(1.175.339)**	**491.468**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Generali Brasil Seguros S.A. ("Seguradora" ou "Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada da Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador italiano, tem por objetivo social operar com seguros de danos e pessoas em todo o país, como definidos na legislação em vigor.
A Administração da Companhia tem um plano estruturado de melhoria contínua de seus processos e serviços, bem como aumento das receitas com o objetivo de acelerar o processo de retomada da rentabilidade. A Companhia conta ainda com o apoio de seu acionista controlador, que vem suprindo os recursos necessários para os importantes investimentos realizados no fortalecimento de seus sistemas, processos e governança, bem como suportar o ritmo de crescimento das operações, na direção da retomada da lucratividade e mantendo os níveis de solvência adequados, de acordo com as políticas do Grupo Generali e com os requerimentos legais.
Dentro do plano de retomada da rentabilidade, a Companhia firmou, no final do ano de 2016, parceria com o Banco BMG para a exclusividade de vendas de seguros nos seus canais de distribuição. Esta parceria, inicialmente, tinha duração prevista de 20 anos. Porém, em dezembro de 2019, o contrato foi renegociado com adição de mais 2 anos à vigência contratual e reembolso de 40% do valor aportado inicialmente, corrigido monetariamente até a data da assinatura da renegociação contratual.
Para mais detalhes deste e das demais parcerias vide Notas 9 (Despesas antecipadas) e 14 (Intangível).
Em outubro de 2019, a administração da Companhia decidiu pela descontinuidade da comercialização de apólices de frotas, sendo suas últimas apólices vigentes até outubro de 2020. Em maio de 2020, a administração decidiu pela descontinuidade da comercialização de seguro auto tradicional, sendo sua carteira em *run-off*, terminando as últimas vigências em 31 de maio de 2021.
Em 2021, a administração da Companhia também optou, em comum acordo com suas contrapartes, por descontinuar duas de suas parcerias para distribuição de seguros massificados, as quais vinham apresentando rentabilidade aquém das estimativas. Em julho foi encerrada a parceria com o Banco Pine e posteriormente, em novembro, com a LASA (Lojas Americanas S.A.), ambas com reintegração de aporte inicial realizado pela Seguradora atualizado à data do encerramento contratual.
Em 2022, a Generali Brasil Seguros S.A. visou consolidar suas relações com os parceiros comerciais já existentes, focando em iniciativas de novos produtos como o "Cartão Benefício" e o "Seguro PIX", fortalecendo e estreitando a relação com os seus segurados. Ainda em 2022, a Companhia focou na projeção de novas parcerias que possam adicionar valor ao *business* em 2023, possibilitando um crescimento orgânico ainda maior.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12 de Novembro de 2021, e alterações, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) - (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").
A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 27 de fevereiro de 2023.

2.2. Continuidade
A Administração avaliou a habilidade de a Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, e continua contando com o apoio de seu acionista controlador com os recursos necessários para a realização dos investimentos voltados para o fortalecimento de seus sistemas, processos e governança, na medida que houver tal necessidade. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.3. Base para mensuração
Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R$), arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:
• Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
• Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.
Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.
Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, vida útil dos ativos intangíveis, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos ativos.
A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 3.

2.4. Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora.
As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do exercício.

2.5. Comparabilidade
O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo comitê de pronunciamentos contábeis e da circular SUSEP 648/21 e suas alterações posteriores.

2.6. Disponível
Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.7. Ativos financeiros
2.7.1. Classificação
A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) títulos disponíveis para venda; e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial de seus ativos.
i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*
Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.
ii) *Títulos disponíveis para a venda*
A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro

CONTINUA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/28/Generali1567954128022023.pdf
Hash:1677547959a58eb9cfd047480b8609ec4b212841d6

CONTINUAÇÃO

GENERALI

Generali Brasil Seguros S.A.
CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 – 16º andar
Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.220-460
Tel.: (21) 2508 0100

do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes ou ativos não circulantes diante do seu vencimento ou da expectativa de venda destes ativos.
iii) *Ativos de resseguro - provisões técnicas*
Os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", Operações com seguradoras e resseguradoras e outros créditos operacionais.
2.7.2. Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado e debitados dos custos da transação à demonstração do resultado para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem.
A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impairment)*.
2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
2.7.4. *Impairment* de ativos financeiros
i) *Ativos negociados ao custo amortizado*
A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam a:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal.
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
• Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.
A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment.* O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.
A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios a receber e sobre créditos a receber de resseguradores é constituída com base em estudo técnico elaborado pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados., conforme descrito em nota técnica atuarial.

2.8. Ativos relacionados a resseguros

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital, transferindo riscos parcial ou totalmente a contrapartes selecionadas e pré-aprovadas pela Administração da Companhia e, de acordo com a legislação vigente, respeitando o limite de retenção junto à SUSEP. Nessa operação, a Seguradora objetiva proteger seu patrimônio e seus resultados operacionais, limitando suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, e cede a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido.
Tecnicamente, o resseguro é um contrato que equilibra e dá solvência aos seguradores e evita, através da diluição dos riscos que haja quebra de seguradoras no caso de excesso de sinistralidade, como ocorrência de grandes tragédias ou de catástrofes, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.
Os ativos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações com os segurados. Já os passivos a serem pagos aos resseguradores são compostos substancialmente por prêmios acordado entre as partes em detrimento da capacidade de resseguro cedida pelos resseguradores à Companhia.
Os ativos de resseguro representam os valores a receber das contrapartes (resseguradores) e são calculados considerando seus respectivos percentuais de participação em cada contrato de resseguro podendo este ser automático proporcional, não proporcional ou facultativo. Esses ativos são devidamente associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro.
Os ativos relacionados a resseguros são constantemente atualizados à medida que são feitos pagamentos a segurados e/ou exista movimentações nas reservas e submetidos a teste de impairment, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados.

2.9. Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do teste, visando a avaliação das obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros durante o período de vigência das apólices e o término de cobertura dos contratos vigentes.
O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados e caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.
A metodologia de cálculo considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados, a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.
O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNER. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a estimativa da série histórica compreendida entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise.
As regras e os procedimentos para a elaboração do teste de adequação do passivo foram instituídos pela Circular SUSEP nº 648/2021e alterações.
O teste de adequação dos passivos em 31 de dezembro de 2022 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, se mostraram suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorriam do cumprimento dos contratos de seguro descontados pelo relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Premissas e Resultados

a. PCC	31/12/2022	31/12/2021
Bruta	-	(3.699)
Líquida	-	(2.244)

d. Sinistralidade	31/12/2022	31/12/2021
Total	48,2%	59,9%
Danos	52,0%	68,3%
Pessoas	43,5%	49,1%
e. Resseguros	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Pessoas	60,2%	39,3%
Danos (*)	Não aplicável	Não aplicável

b. Taxa de desconto Curva de desconto ETTJ SUSEP
Fonte: http:///www.susep.gov.br/setores-susep/cgsoa/coris/dicem/modelo-de-interpolacao-e-extrapolacao-da ettj-a

c. Tábua: Não Aplicável A cia. não possui riscos aplicáveis a Tábua para cálculo das Provisões Técnicas

(*) Não houve PCC para o segmento

2.10. Intangível

O ativo intangível é representado por gastos com implantação de sistemas operacionais para melhoria de processos e pelos investimentos em aquisições de direitos de uso de canais de distribuição ou de carteiras de longa duração conforme estratégia da Companhia, que consiste na realização de investimentos em canais massificados. Ressalta-se que os gastos associados à manutenção de sistemas são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos associados a sistemas identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora, que gerarão benefícios econômicos futuros maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. Os custos com o direito de uso dos canais de distribuição ou de carteiras de longa duração são amortizados de forma linear durante o período dos respectivos contratos ou proporcionalmente à produção, quando esta for a melhor forma de correlacionar a receita com consumo dos benefícios econômicos futuros em linha com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

2.11. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos relacionados à corretagem de seguro na aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Companhia que tem vigência anual, com forte concentração nas carteiras de vida/prestamista e ramos elementares.

2.12. Salvados

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados e aos seus reclamantes. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do mesmo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros. A provisão para redução do valor recuperável de salvados é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos salvados, considerando os riscos envolvidos.
A partir de janeiro de 2019, a Companhia, em conformidade com a circular SUSEP 648/2021 classifica os salvados recuperados que ainda não estão disponíveis para venda, e suas respectivas provisões de redução ao valor recuperável, no ativo não circulante.

2.13. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto de equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico.
O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.
A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a.)	Anos
Equipamentos de informática	20%	5
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10
Benfeitoria em imóvel de terceiros	20%	5
Outras imobilizações	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço.

2.14. *Impairment* de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

2.15. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias e depósitos judiciais

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece a provisão.
A Seguradora constitui provisões para desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista.
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados como descrito a seguir:
2.15.1. Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ("transitado em julgado"), caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento.
2.15.2. Passivos contingentes
Segundo o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece a provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".
No que se refere às ações de naturezas trabalhista, tributária e cível não ligadas a contratos de seguros, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco, no passivo não circulante.
2.15.3. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias
Decorrem de processos relativos a tais matérias cujo objeto de contestação seja sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.
Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo.

2.16. Provisões técnicas - seguros e resseguros

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, e alterações, e com a Circular SUSEP nº nº 648, de 12 de Novembro de 2021, e alterações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):
2.16.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. Esta provisão é obtida a partir da parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério *pro rata die* para todos os ramos de seguros.
2.16.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)
A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em estudo técnico atuarial, cuja metodologia de cálculo encontra-se escrita em nota técnica atuarial definida pelo atuário responsável da Seguradora, em consonância com a Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações, e Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações.
2.16.3. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)
A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, decorrentes do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).
2.16.4. Provisão de Excedentes Técnicos (PET)
A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.
2.16.5. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)
i) *Processos administrativos*
É constituída, caso a caso, para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos aos pagamentos dos sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e das operações de cosseguro cedido.
A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final ou quando ocorrer algum fato que impeça a baixa dos sinistros de forma individualizada e tempestiva no sistema operacional da Companhia.
ii) *Processos judiciais*
É estimada a partir da análise do departamento jurídico da Seguradora ao receber a citação de um novo processo, avaliando-se a probabilidade de perda e o valor máximo de responsabilidade, considerando-se na análise, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o capital segurado e a jurisprudência.
A Seguradora adota o critério de contabilização das provisões referente aos processos de sinistros, calculando com base em dados históricos, o percentual de perdas inicialmente classificadas como prováveis, possíveis e remotas, que a Companhia acaba por efetuar algum pagamento.
O estudo é verificado periodicamente e para corrente exercício, tivemos como resultado as seguintes perdas históricas:

Perda provável - Demais	85% do valor em risco
Perda provável - Automóvel	100% do valor em risco
Perda possível - Demais	50% do valor em risco
Perda possível - Automóvel	60% do valor em risco
Perda remota - Demais	30% do valor em risco
Perda remota - Automóvel	21% do valor em risco

Como as causas dessa natureza não possuem data de vencimento, podendo ser executadas ou feitos acordos judiciais a qualquer tempo (neste último caso, não incluídas as ações tributárias, trabalhistas e cíveis não ligadas a sinistros), a Administração adota como política, de forma consistente ao longo dos anos, a classificação dessa provisão no passivo circulante.
2.16.6. Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER)
i) *Ajustes decorrentes de IBNER*
Contempla os ajustes de IBNER, para os sinistros avisados e ainda não pagos, quando necessário, em decorrência da adequação da provisão até a respectiva liquidação final, conforme descrito na nota técnica atuarial de IBNER.
ii) *Salvados e/ou ressarcimentos*
A PSL para salvados e/ou ressarcimentos é constituída, caso a caso, para a expectativa de venda do salvado e/ou recuperação do ressarcimento, conforme o valor apurado na data do registro do salvado e/ou ressarcimento, até a sua respectiva liquidação total.
A provisão contempla os ajustes de IBNER para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.
A metodologia de cálculo para estimativa da provisão de IBNER, é realizada com base na estimativa dos sinistros ocorridos e não pagos (IBNP), subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e o saldo da provisão de Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR). Para a apuração do IBNP, a Companhia utiliza o método dos triângulos de *run-off*, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.
A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial.
2.16.7. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)
A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial e contempla estimativa para os valores relativos a indenizações e despesas, considerando os sinistros administrativos e judiciais.
A metodologia de cálculo para estimativa da provisão dos sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é realizada com base no método dos triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros reportados para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.
A expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na provisão de IBNR.
2.16.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)
A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

2.17. Capital social

As ações ordinárias emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.
O montante total do capital pertencente aos acionistas domiciliados no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.
De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

2.18. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui:
• Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura ou a emissão de apólice, o que ocorrer antes, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio, não afetando o resultado.
• A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.
• Os juros cobrados sobre os prêmios fracionados são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

2.19. Tributos

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.
Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício.
A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até julho de 2022 a alíquota de 15% sobre o lucro tributável e 16% a partir de agosto de 2022.

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que venham a requerer um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou do passivo a serem afetados em períodos futuros.
No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:
a) Provisões técnicas
As provisões técnicas foram constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, e da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, com base em premissas, critérios e metodologias em conformidade com as melhores práticas do mercado de seguros, e documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA).
Em relação à provisão de sinistros a liquidar (PSL), a constituição é realizada com base na estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos, abrangendo os valores relativos a indenizações e incluindo atualizações monetárias e juros. Já a provisão de IBNR é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos.
A constituição da provisão de IBNR é realizada com base na metodologia de sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo-se o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. A apuração do IBNP é realizada pela estimativa dos valores finais de sinistros já ocorridos e ainda não pagos, através da metodologia de Chain Ladder, utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento dos sinistros ocorridos na Companhia desde 2006. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que a experiência passada sobre o desenvolvimento dos sinistros da Companhia pode ser utilizada para projetar valores finais dos sinistros ocorridos em períodos mais recentes e ainda não totalmente desenvolvidos.
A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão é calculada "*pro rata die*", com base no valor do prêmio comercial, bruto das operações de cosseguro aceito e de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação. Já a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A PPNG-RVNE foi estimada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* mensais, compreendendo período de 24 meses de histórico. Os triângulos foram elaborados com base no intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices.
b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível
A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.
c) Provisão para recuperação de ativos de seguros, resseguros, cosseguros e salvados
Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e cosseguros. Essas análises são revisadas periodicamente, sem alterações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
e) Provisões para contingências
A Seguradora está sujeita a reivindicações legais (cíveis, trabalhistas e tributárias) cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos engloba considerável julgamento por parte da Administração. Tal procedimento é necessário tendo em vista ser provável que, como resultado de um acontecimento passado, uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências apresentadas, a hierarquia das leis, as jurisprudências

CONTINUA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/28/Generali1567954128022023.pdf
Hash:1677547959a58eb9cfd047480b8609ec4b212841d6

CONTINUAÇÃO

GENERALI

Generali Brasil Seguros S.A.
CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 – 16º andar
Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.220-460
Tel.: (21) 2508 0100

disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente, e/ou quando da prolação de decisões judiciais, emissão de laudos periciais e/ou quaisquer outros atos judiciais que possam trazer implicações diretas no valor e na probabilidade de perda a serem considerados, por serem favoráveis ou desfavoráveis à Seguradora.

f) Normas emitidas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2022 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros –

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39 (CPC 38).

O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

IFRS 17 / CPC 50 – Contratos de seguros –

O IFRS 17 / CPC 50 - Contratos de Seguros contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

O IFRS 17 / CPC 50 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O processo de gestão de riscos da Generali tem como finalidade dar suporte para a companhia atingir os objetivos estratégicos. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados, gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, conforme o apetite a riscos aprovado pelo conselho.

Está estruturado sob o conceito de linhas de atividades nomeado como Modelo das Três Linhas. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas do mercado nacional e internacional. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

• Identificação dos riscos: Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

• Quantificação dos riscos: Os riscos são quantificados de forma qualitativa tanto a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos considerando tanto o passado quanto projeções futuras;

• Resposta aos riscos: De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e

• Monitoramento e reporte: As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos, reportados às Unidades de Negócio, sistema de controles interno Conselho de Administração e Grupo Generali, de acordo com periodicidade mínima pré-definida ou sempre que julgar necessário.

Em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente conforme diretrizes do Grupo Generali e do órgão regulador.

4.1. Risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares e vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta ou indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Atualmente a Generali possui modelos atuariais específicos de precificação para cada parceria, permitindo acurácia na determinação dos preços frente aos compromissos contratuais esperados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos.

Com o objetivo de promover um conjunto de análises e de suportar a tomada de decisão sobre investimentos em parcerias, baseada em riscos, a Generali possui o procedimento de avaliação das novas parcerias. É um processo multidisciplinar no qual as áreas de apoio e negócios, contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para a análise de viabilidade da parceria, suportando a decisão sobre uma nova iniciativa ou renegociação quando necessário. As áreas que participam deste processo são: área técnica, comercial, compliance, riscos, jurídica e operações. Já para grandes riscos e vida tradicional a companhia segue as diretrizes do Grupo Generali. Adicionalmente, a Generali monitora o resultado das parcerias para mitigação dos riscos de subscrição e tomar as devidas necessárias tempestivamente quando necessário buscando o equilíbrio do resultado.

Conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021 e nas alterações posteriores, as variáveis estudadas foram: taxas de juros e sinistralidade, com o intuito de avaliação de premissas, com base em análises e para compor os testes de sensibilidade. Dessa forma, foram utilizadas pela Administração da Seguradora nos testes de sensibilidade, apenas as variáveis de alta relevância nas taxas de juros e redução e aumento de 10% ao ano nas incidências de sinistralidade. Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 10% de aumento/redução na sinistralidade, apresentando os seguintes efeitos:

Variáveis	Premissas	Resultado após agravo	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
Sinistralidade global	Agravo de 10%	**(98)**	**499**	**25**
Sinistralidade global	Redução de 10%	**147**	**(499)**	**(25)**

Com presença em todo território nacional, a Generali apresenta maior concentração no segmento Vida-Prestamista e na região Sudeste , de forma consistente com a distribuição e localização do polo econômico do Brasil. As operações da Generali contam com um amplo perfil de produtos focados massificados para seus clientes.

As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido.

								31/12/2022
Região	**Vida - Acidentes pessoais**	**%**	**Vida - Prestamista**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**
Centro-Oeste	25.615	2%	5.858	0%	32.022	3%	63.495	5%
Nordeste	70.126	6%	9.473	1%	22.673	2%	102.272	8%
Norte	25.119	2%	294	0%	11.663	1%	37.076	3%
Sudeste	417.454	34%	311.724	25%	89.501	7%	818.679	66%
Sul	149.729	12%	31.379	3%	20.571	2%	201.679	17%
Total	**688.043**	**56%**	**358.728**	**29%**	**176.430**	**14%**	**1.223.201**	**100%**

								31/12/2021
Região	**Vida - Acidentes pessoais**	**%**	**Vida - Prestamista**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**
Centro-Oeste	15.216	1%	4.899	0%	25.470	2%	45.585	4%
Nordeste	36.573	4%	5.965	1%	25.874	3%	68.412	7%
Norte	13.232	1%	68	0%	10.867	1%	24.167	2%
Sudeste	291.076	28%	323.233	31%	119.131	12%	733.440	71%
Sul	113.892	11%	26.833	3%	19.000	2%	159.725	15%
Total	**469.989**	**46%**	**360.998**	**35%**	**200.342**	**19%**	**1.031.329**	**100%**

4.1.1. Estratégia de subscrição

Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas e descritas na precificação ou na constituição das provisões técnicas.

A Seguradora tem todas as suas políticas de subscrição descritas em manuais técnico operacionais dos diversos produtos. Eles estabelecem os critérios de subscrição, de precificação, de enquadramento e classificação dos riscos e os chamados *guidelines*. Tais manuais, além de ser um instrumento de trabalho dos subscritores, estão disponíveis a qualquer funcionário da Seguradora na intranet, podendo ser consultado a qualquer momento por qualquer um.

O risco deve ser recusado se o risco associado a ele possa impactar o resultado da companhia acima do apetite a risco. Além das características intrínsecas ao risco que se quer segurar, são avaliadas as experiências pretéritas do risco e de seus gestores. A qualidade na gestão e proteção do risco e a situação econômico-financeira são também analisadas e assumem maior ou menor peso, de acordo com o tipo do risco, o segmento inserido e o montante a segurar.

A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e que cumprirá todos os seus compromissos com os Segurados. Entretanto, a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia da saúde financeira da Seguradora. Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação, considerados os seus aspectos como o potencial de causar danos ou de ser consumido em decorrência de eventos futuros e incertos não são menos importantes.

4.1.2. Estratégia de resseguro

O processo de resseguro e suas diretrizes são definidos na política de resseguro do Grupo Generali, na qual constam: os riscos a ressegurar, critérios de elegibilidade dos resseguradores considerando o rating dos mesmos e grau de concentração.

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital de risco cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas, minimizando, ao mesmo tempo, o risco de crédito associado a tal operação.

Visto que a segurança é um requisito de fundamental importância em qualquer transação de transferência de riscos, o risco de crédito da contraparte é um tópico chave de resseguro, havendo a determinação pelo uso de resseguradoras preferenciais, com as quais a Companhia mantém uma relação geral ampla e que possuem registros de desempenho satisfatório em termos de qualidade de serviços e pagamento de perdas. Esses resseguradores são constantemente reavaliados pela Administração da Companhia e pelos seus acionistas, sendo o seu rating considerado para que a Generali defina as capacidades de cada resseguro por linha de negócio.

Os contratos de resseguro sejam proporcionais, não proporcionais e/ou facultativos são revisados e renovados periodicamente de forma que a área de resseguro consiga avaliar o resultado do contrato e as possíveis alterações nos termos e condições com o objetivo de atender às necessidades de cada área de negócio, mas sempre mantendo a retenção da Seguradora em níveis autorizados pela Superintendência.

Os contratos facultativos são utilizados quando existe a necessidade de capacidade adicional ao contrato automático, de forma a obter uma participação na apólice original ou, riscos que são excluídos dos contratos. A colocação poderá ser feita diretamente com os resseguradores ou através de um corretor de resseguro, observadas as exigências legais e regulamentares.

4.1.3. Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento, quais sejam: (a) análises de sensibilidade; (b) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (c) casamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, anualmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

Os principais segmentos de gestão de riscos de seguro estão estruturados entre os ramos de atuação da Seguradora, conforme descrito na Nota 23.

4.2. Riscos de seguros gerais

O risco de seguros gerais inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos eventos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Os departamentos técnicos da Seguradora monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Os departamentos técnicos desenvolvem mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos.

Visão geral das principais linhas do grupo de negócio:

4.2.1. Seguros de pessoas

A Seguradora opera com apólices coletivas destinadas, principalmente, a cobrir os empregados e dirigentes de empresas, sendo seu maior foco os grupos que possuem relação entre empregado e empregador. A Seguradora tem como alvos as pequenas e médias empresas, além do segmento de empresas multinacionais, aproveitando a rede mundial da Generali, conhecida mundialmente por "*Generali Employee Benefits* (GEB)" e de maneira oportuna com foco reduzido em pequenas e médias empresas.

Outras operações significativas no Ramo de Pessoas são as apólices coletivas, estipulada ou por representação de seguros prestamista, acidentes pessoais e proteção financeira destinadas aos clientes dos parceiros dos canais massificados, em operações tradicionalmente conhecidas como B2B2C.

As principais coberturas oferecidas são morte, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença, desemprego involuntário, incapacidade física temporária e pós-vida, seguro que garante a realização dos serviços funerários, sem a necessidade de desembolso por parte dos beneficiários do segurado. Produtos de alto valor agregado para os públicos-alvo da companhia. Outras assistências e produtos de capitalização são ainda agregados aos seguros de pessoas de acordo com a opção do contratante.

4.2.2. Seguro de ramos elementares

A Seguradora atua também nos ramos elementares com foco nos produtos Residencial, Empresarial, Riscos Nomeados, Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Administradores, Riscos Cibernéticos e Riscos de Engenharia.

4.2.2.1. *Multirriscos*

• A Seguradora oferece um rol de produtos denominados Multirriscos, que obedecem a tarifas próprias, conforme o segmento de atuação de cada segurado. Dentro do conceito multirriscos, cada produto é composto de coberturas específicas, direcionadas para o atendimento das necessidades e proteção dos segurados, frente aos mais variados tipos de risco. Trata-se de uma cobertura básica (sendo uma conjugação de Incêndio/Queda de Raio/Explosão/Queda de Aeronaves), diversas outras coberturas adicionais que ficam a critério da contratação individual de cada cliente. Para básica estipula-se o Limite Máximo de Indenização (LMI), que corresponde ao valor máximo a ser indenizado para a reposição de seus bens em caso de ocorrência de sinistro, consequentemente o nível máximo de exposição da seguradora para cada risco. Além disso, há possibilidade de estabelecer franquias diferenciadas, que podem variar de acordo com cada cobertura e visam uma coparticipação do segurado nos prejuízos indenizáveis.

• Riscos Nomeados e Operacionais: os Produtos Riscos Nomeados e Operacionais são distribuídos pelo segmento de "Global Corporate" da Generali, dedicado exclusivamente a atender grandes empresas e conglomerados (inclusive clientes internacionais cujo seguro seja parte de um programa mundial). Este segmento atua nas mais diversas atividades existentes no parque industrial/comercial do país, que podem variar desde hospitais e metalúrgicas, até o segmento químico, farmacêutico, alimentício etc. Assim como nos Multirriscos, as apólices de Riscos Nomeados e Operacionais possuem coberturas específicas voltadas ao atendimento das necessidades de nossos clientes. São exemplos de coberturas adicionais: lucros cessantes, danos elétricos, vendaval, quebra de máquinas, recomposição de registros e documentos, roubo de bens, extravasamento de materiais em estado de fusão, tumultos, entre outras. Estes produtos obedecem a tarifas próprias obtidas através da experiência de suas respectivas carteiras, medida pela base de dados da Seguradora. O processo de subscrição segue critérios que avaliam as características de cada risco onde são considerados, além do estado de uso e conservação do local, outros pontos relevantes, como por exemplo: região de localização, tipo de proteção contra incêndio e proteção patrimonial existente, manutenção e uso e conservação das instalações e maquinários, a existência ou não de gargalos no processo, regime de trabalho, análise e cenário de perda máxima possível e dano máximo provável, condições da vizinhança, isolamentos internos, saúde financeira da empresa, entre outros.

Os preços dos seguros são determinados conforme o tipo de risco em questão, como por exemplo, tipos de atividade empresarial desenvolvida, e vão se tornando personalizados à medida que os riscos vão se diferenciando por outras características como, tipo de construção, experiência de sinistralidade, variedade de meios de proteção contra Incêndio e acidentes, variedade de sistemas de proteção contra roubo, localização e exposição a efeitos climáticos ou catástrofes naturais, isolamento, "*layout*" e boas práticas de "*housekeeping*", perda máxima, dano máximo, distância de socorro externo, entre outros.

A comercialização do seguro residencial se dá somente através de seu canal de distribuição massificados, cujas coberturas são definidas previamente com o parceiro, além disso LMI costuma ser menor que o contrato residencial tradicional.

4.2.3. Riscos diversos

A Seguradora conta com outro produto de Ramos Elementares que é Riscos Diversos focado em Máquinas e Equipamentos. Nesta modalidade oferece uma apólice com a cobertura básica para danos de causa externa e demais coberturas adicionais que ficam à disposição do cliente para contratação conforme o tipo de bem a segurar. O limite máximo é fixado pelo valor máximo de cada máquina ou equipamento e a análise de subscrição leva em consideração as características (móvel ou estacionário), tipo e local de operação, ano de fabricação, estado de conservação/manutenção etc.

Outra carteira importante são os riscos relacionados a bens pessoais, como celulares, tablets e gadgets que usualmente contam com proteção contra quebra acidental e roubo & furto qualificado. A Companhia em linha com as novas demandas do mercado lançou o seguro de proteção urbana com módulo de proteção incluindo garantia para transações sob coação através do PIX (novo meio de pagamento lançado pelo Banco Central).

4.2.4. Demais ramos

4.2.4.1. *Responsabilidade Civil ("RC")*

A Seguradora oferece a seus clientes dos mais variados segmentos empresariais, seja indústria, comércio ou serviço, um produto que conta com amplo leque de coberturas, visando proteger os danos involuntários a outras pessoas, relativos às operações do Segurado, sejam eles materiais ou morais. Neste quesito, diversos pontos são avaliados durante a subscrição como as características de cada atividade, faturamento, experiência de mercado e de carteira em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros.

4.2.4.2. *Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores ("D&O")*

A Seguradora oferece aos Diretores e Administradores que assumem grandes responsabilidades na gestão de suas empresas, um Seguro que visa proteger o patrimônio pessoal dos mesmos, em caso da desconsideração da personalidade jurídica, quando legalmente responsabilizados por danos e prejuízos causados à terceiros. São avaliados durante a subscrição as características de cada atividade, situação financeira, governança corporativa, experiência de mercado e de carteira em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros.

4.2.4.3. *Responsabilidade Civil para Riscos Cibernéticos ("Cyber")*

A Seguradora oferece um seguro que visa a proteção da privacidade e segurança digitais em razão de ataques cibernéticos às empresas dos mais diversos segmentos, cobrindo: Indenização por gastos dos vazamentos cibernéticos, custeio de advogados e expert em tecnologia, gastos com notificações aos indivíduos afetados, peritos para descoberta da causa do vazamento, lucros cessantes, entre outras coisas. São avaliados durante a subscrição as características de cada atividade, a exposição de dados pessoais referentes ao segmento do cliente, a governança de TI e Segurança da informação, planos de contingência referentes à área de tecnologia, experiência de mercado e de carteira em seu segmento, boa sinistralidade, porte, entre outros.

4.2.4.4. *Risco de engenharia*

A Seguradora oferece leque de coberturas voltado para seguro de obras civis e instalações e montagens, tais como básicas (danos causados à obra), tumultos, equipamentos, despesas extraordinárias, entre outras. Trata-se de tarifa específica onde as características de cada obra determinam a melhor formatação do seguro. Durante a subscrição, diversos fatores são avaliados para fins de aceitação e melhor dimensionamento do seguro como tipo de obra, experiência do construtor, topografia de terreno, tipo de solo, entre outros.

Todos os produtos aqui descritos possuem suas respectivas coberturas e planos de resseguro devidamente dimensionados, cujas modalidades e retenções são definidas conforme o perfil e tipo de carteira específica.

4.3. Risco financeiro

Risco financeiro é a possibilidade de prejuízo em decorrência de transações financeiras e operações de investimentos, sejam os agentes pessoa física ou jurídica.

A gestão dos investimentos da Generali é realizada através de diretrizes e políticas de gerenciamento de risco do Grupo Generali. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da companhia cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

• Limites de risco;

• Prazos máximos para alocação dos ativos; e

• Liquidez mínima exigida.

As áreas de Tesouraria e Investimentos atuam como primeira linha de defesa para mitigar os riscos potenciais e assegurar os ganhos.

Em cumprimento às normas do Grupo, a área de Gerenciamento de Riscos atua como segundo nível de defesa contra os riscos financeiros.

4.4. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são:

• Ativos financeiros.

• Ativos de resseguro.

• Prêmios de seguros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica.

Exposições ao risco de crédito

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos pela agência de risco Fitch e Standard & Poor's (S&P) para os saldos de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras e agências AMBest, Moody's e S&P para os saldos relacionados aos ativos de resseguro:

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AA+/AA-/A- (bra)	BBB+/BB- (bra)	Sem *rating*	31/12/2022
Caixa e bancos				
Fundo fixo			3	3
Caixa Moeda Estrangeira			13	13
Bancos e outros		3.071		3.071
Letras financeiras de tesouro - LFT		519.937		519.937
Quotas de fundos de investimento aberto		2.629		2.629
Notas do tesouro nacional NTN-B		46.217		46.217
Notas do tesouro nacional NTN-F		209.464		209.464
Prêmios a receber de segurados			124.239	124.239
Operações com seguradoras			753	753
Outros créditos operacionais			14.265	14.265
Local	59.111			59.111
Admitido	2.125			2.125
Eventual	4.845			4.845
Exposição máxima ao risco de crédito	66.081	781.318	139.273	986.672

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AA+/AA-/A- (bra)	BBB+/BB- (bra)	Sem *rating*	31/12/2021
Caixa e bancos				
Fundo fixo			6	6
Caixa Moeda Estrangeira			8	8
Bancos e outros		13.065		13.065
Letras financeiras de tesouro - LFT		360.576		360.576
Quotas de fundos de investimento aberto		3.585		3.585
Notas do tesouro nacional NTN-B		46.093		46.093
Notas do tesouro nacional NTN-F		62.048		62.048
Prêmios a receber de segurados			144.270	144.270
Operações com seguradoras			137	137
Outros créditos operacionais			23.242	23.242
Local	77.917			77.917
Admitido	2.853			2.853
Eventual	2.203			2.203
Exposição máxima ao risco de crédito	82.973	485.367	167.663	736.003

4.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Seguradora tem políticas de liquidez do Grupo e também diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

i) Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento Financeiro juntamente com a área de Gerenciamento de Riscos e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizada na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração, considerando as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobra de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em aplicações com incidência de juros, depósito a prazo e fundos de títulos públicos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender às responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, 100% da carteira da seguradora está aplicada em ativos de alta liquidez.

ii) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

CONTINUA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/28/Generali1567954128022023.pdf

Hash:1677547959a58eb9cfd047480b8609ec4b212841d6

CONTINUAÇÃO

GENERALI

Generali Brasil Seguros S.A.
CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 – 16º andar
Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.220-460
Tel.: (21) 2508 0100

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.
Os passivos financeiros da Seguradora, compostos, em sua totalidade, basicamente por provisões técnicas de seguros, possuem seus vencimentos alocados em um prazo levemente acima de 12 meses, alinhado com as características dos produtos comercializados pela Seguradora. Por este motivo, os instrumentos financeiros - aplicações financeiras, prêmios a receber e ativos de resseguro - são alocados na sua maioria com prazos similares de forma a minimizar riscos de liquidez.
Os passivos referentes as provisões técnicas, por regra SUSEP já estão sendo considerados a valor justo, sendo o saldo apresentado a melhor estimativa de desembolso financeiro.
O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.
Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.
As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

				31/12/2022
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	-	382.813	139.752	522.565
Aplicações financeiras disponíveis para venda	-	-	255.681	255.681
Caixa e bancos	3.087	-	-	3.087
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	205.338	81.343	286.681
Depósitos judiciais			15.787	15.787
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	484.911	41.482	526.393
Títulos e créditos a receber	-	4.377	730	5.107
Outros valores e bens	44	-	12.432	12.476
	3.131	1.077.439	547.207	1.627.777
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Obrigações a pagar	-	32.616	-	32.616
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	229.350	-	229.350
Depósitos de terceiros	-	14.849	-	14.849
Provisões técnicas	-	1.062.672	67.214	1.129.886
	-	1.339.487	67.214	1.406.701

				31/12/2021
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	-	-	364.161	364.161
Aplicações financeiras disponíveis para venda	-	-	108.141	108.141
Caixa e bancos	13.079	-	-	13.079
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	250.621	82.173	332.794
Depósitos judiciais			21.675	21.675
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	414.514	-	414.514
Títulos e créditos a receber	-	4.855	22.353	27.208
Outros valores e bens	209	-	13.089	13.298
Depósitos compulsórios	-	6	-	6
	13.288	669.996	611.592	1.294.876
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Obrigações a pagar	-	21.896	-	21.896
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	217.370	-	217.370
Depósitos de terceiros	-	12.496	-	12.496
Provisões técnicas	-	829.759	76.228	905.987
	-	1.081.521	76.228	1.157.749

4.6. Risco de câmbio
A Seguradora opera internacionalmente em operações do ramo responsabilidade civil internacional e operações de resseguro. A viabilização é feita através da conta em moeda estrangeira.
A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à moeda funcional. A área de Tesouraria administra as posições na conta em moeda estrangeira de forma a fazer frente às obrigações de médio prazo, evitando assim a exposição cambial local.
As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas, contabilmente, para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Eventuais ganhos ou perdas de conversão de saldos, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.
Com intuito de mitigar as oscilações cambiais, a Companhia mantém uma conta corrente em moeda estrangeira (Multi Currency) administrada pelo Santander.
4.7. Risco de mercado
i) Gerenciamento de risco de mercado
O risco de mercado se refere à possibilidade de perda decorrente de oscilação de preços de *commodities*, *taxas de juros* e *câmbio*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras de ativo e passivo. Isso significa que o risco varia de acordo com as condições do mercado a que determinado investimento pode estar exposto.
ii) Controle do risco de mercado
O risco de mercado é controlado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, gerando embasamento para as decisões estratégicas com agilidade e confiança. Dessa forma, permite uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.
É feita a cogestão do fundo exclusivo para garantir o enquadramento do investimento que busca atender aos quesitos de liquidez, segurança e rentabilidade. O controle do risco de mercado é acompanhado pela Área Financeira através da cogestão da política de investimento a ser cumprida pelo gestor de recursos, garantindo a otimização dos resultados, avaliando os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, os limites de *Value at Risk* (VaR) e a liquidez.
Os ativos estão vinculados às Reservas Técnicas e totalmente alinhados com as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Além disso, as aplicações financeiras oferecidas em garantia das Reservas Técnicas da Seguradora estão registradas na B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão, sob a custódia do Banco Santander.
O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado. Com base em análises de cenários, a Seguradora define mudanças razoáveis nas taxas de juros e calcula o impacto sobre o resultado.
Teste de sensibilidade
Para efeito de testes de sensibilidade, utilizamos para fins de estudo e cálculo, um cenário de stress, onde fomos conservadores devido a transição de governo e incertezas quanto à política monetária. Uma mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado e sobre o patrimônio líquido da Seguradora. No quadro abaixo, foram utilizadas as premissas de 25% de aumento e de redução aplicados ao custo de oportunidade dos ativos financeiros dentro dos fundos de investimento - taxa de juros do mercado:

Variáveis	Premissas	Resultado após aumento/redução R$	Efeito no Resultado %	Efeito no PL %
CDI	Aumento de 25%	**40.579**	**65,6%**	**3,4%**
CDI	Redução de 25%	**8.473**	**(61,2%)**	**(3,2%)**

Além dos ativos alocados em fundos de investimento, a Generali possui títulos públicos fora dos fundos e por esse motivo está exposta ao risco de variação dos preços desses ativos à valor de mercado.
4.8. Risco operacional
i) Gerenciamento de risco operacional
Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraude ou eventos externos, incluindo risco legal e excluindo riscos de crédito, mercado e liquidez, bem como os riscos decorrentes de decisões estratégicas e de reputação.
O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações.
A avaliação do Risco Operacional é realizada através de autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, onde os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto conforme descrito na política de risco do Grupo Generali.
ii) Controle do risco operacional
Periodicamente é realizada uma auto avaliação prospectiva que visa estimar a evolução da exposição aos riscos operacionais e de *compliance* em um determinado horizonte de tempo. Este exercício apoia a antecipação de potenciais ameaças, a alocação eficiente de recursos e a condução de projetos estratégicos.
A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída a cada área de negócio, sendo o mapa de riscos atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.
4.9. Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança – ESG
A Generali seguindo as diretrizes do grupo vem se estruturado para inserir cada vez mais a sustentabilidade na estratégia de negócios, de modo que essa visão integrada dos aspectos sociais, ambientais, econômicos e de governança permeiem todas as decisões e processos, gerando valor que possa ser compartilhado com a sociedade em médio e longo prazo.
Em 2022 foram realizadas diversas ações promovendo a diversidade e a inclusão na companhia.
5. Aplicações financeiras
Os ativos financeiros são aplicados no mercado conforme as premissas de liquidez/concentração estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em linha com a definição de risco da Generali e carregados a valor justo segundo os critérios abaixo:
• Preços cotados em mercados para ativos idênticos.
• O valor de mercado de títulos públicos foi baseado no "preço unitário de mercado - PU" informado pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas de balanço e com base no "PU 550 da SELIC", divulgado diariamente pelo BACEN.
• As quotas dos fundos de investimento são baseadas nas informações transferidas pelo administrador do fundo para o agente custodiante na B3 S.A., nas datas do balanço.
• Os títulos privados são precificados segundo o "PU" divulgado pelo emissor do papel, na data do balanço.
5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

							31/12/2022
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total de aplicações a valor justo	%	Total de aplicações a valor de curva	Taxas contratadas
I - Títulos para negociação							
Fundo de investimento exclusivo							
Letras Financeiras do Tesouro – LTN	**382.813**	**-**	**137.123**	**519.936**	**67**	**519.936**	**SELIC**
Quotas de fundos de investimentos abertos	**2.629**	**-**	**-**	**2.629**	**0**	**2.629**	**-**
II - Títulos disponíveis para venda							
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	**-**	**-**	**46.217**	**46.217**	**6**	**54.075**	**IPCA**
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	**-**	**-**	**209.464**	**209.464**	**27**	**219.858**	**Prefixado 6,28 a 12,9 a.a.**
Total	**385.442**	**-**	**392.804**	**778.246**	**100**	**796.498**	

							31/12/2021
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total de aplicações a valor justo	%	Total de aplicações a valor de curva	Taxas contratadas
I - Títulos para negociação							
Fundo de investimento exclusivo							
Letras Financeiras do Tesouro – LTN	360.576	-	-	360.576	76	360.576	SELIC
Quotas de fundos de investimentos abertos	3.585	-	-	3.585	1	3.585	-
II - Títulos disponíveis para venda							
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	46.093	46.093	10	52.020	IPCA
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	62.048	62.048	13	68.721	Prefixado 6,28 a 9,65 a.a.
Total	364.161	-	108.141	472.302	100	484.902	

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2021	Aplicações	Resgates	Ajuste mercado	Rendimento	31/12/2022
Fundo de investimento exclusivo						
Letras financeiras do tesouro - LTN	360.577	**769.607**	**(671.447)**	**-**	**61.299**	**519.936**
Títulos Públicos						
Notas do tesouro nacional NTN-B	46.093	**-**	**(2.613)**	**(1.931)**	**4.668**	**46.217**
Notas do tesouro nacional NTN-F	62.048	**149.999**	**(5.920)**	**(3.720)**	**7.057**	**209.464**
Notas do tesouro nacional LTN	-	**6.000**	**(6.081)**	**-**	**81**	**-**
Quotas de fundos de investimentos abertos	3.585	**-**	**(1.355)**	**-**	**399**	**2.629**
Total	472.302	**925.606**	**(687.416)**	**(5.651)**	**73.404**	**778.246**

	31/12/2020	Aplicações	Resgates	Ajuste mercado	Rendimento	31/12/2021
Fundo de investimento exclusivo						
Letras financeiras do tesouro - LTN	293.868	**842.277**	**(791.841)**	**-**	**16.273**	**360.577**
Títulos Públicos						
Notas do tesouro nacional NTN-B	49.629	**-**	**(2.371)**	**(7.643)**	**6.478**	**46.093**
Notas do tesouro nacional NTN-F	63.088	**9.895**	**(5.480)**	**(9.946)**	**4.491**	**62.048**
Quotas de fundos de investimentos abertos	11.889	**4.800**	**(13.322)**	**-**	**218**	**3.585**
Total	418.474	**856.972**	**(813.014)**	**(17.589)**	**27.460**	**472.302**

5.3. Hierarquia de valor justo
A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:
• Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo.
• Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
• Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundo de investimento exclusivo						
Letras Financeiras de Tesouro - LTN	**519.936**	**-**	**519.936**	360.576	-	360.576
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	**46.217**	**-**	**46.217**	46.093	-	46.093
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	**209.464**	**-**	**209.464**	62.048	-	62.048
Quotas de fundos de investimentos abertos	**-**	**2.629**	**2.629**	-	3.585	3.585
	775.617	**2.629**	**778.246**	468.717	3.585	472.302

6. Prêmios a receber

Composição dos créditos das operações com seguros	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios a receber de segurados emitidos	**93.795**	158.551
Prêmios a receber de segurados – RVNE	**78.335**	54.308
Prêmios a receber de cosseguro aceito	**20.076**	15.970
	192.206	228.829
Redução ao valor recuperável	**(67.967)**	(84.558)
Prêmios a receber de segurados	**124.239**	144.271

Demonstramos a seguir o *aging-list* dos prêmios a receber:

	31/12/2022	31/12/2021
Aging de valores a receber	**192.206**	228.829
A vencer	**132.136**	134.187
De 1 a 30 dias	**110.292**	102.986
De 31 a 60 dias	**12.636**	18.315
De 61 a 120 dias	**7.420**	7.300
Superior a 121 dias	**1.788**	5.586
Vencidos	**60.070**	94.642
De 1 a 30 dias	**22.953**	30.174
De 31 a 60 dias	**10.761**	9.347
De 61 a 120 dias	**8.405**	7.312
Superior a 121 dias	**17.951**	47.809

Abaixo segue a movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**32.097**
Constituições	59.103
Reversões	(6.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**84.558**
Constituições	**46.074**
Reversões	**(62.665)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**67.967**

Período médio de parcelamento: A seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização em quase sua totalidade dos segmentos, o prazo médio de recebimento mensal, em virtude da própria característica do negócio que tem vigência anual, porém faturamento mensal.
7. Ativos e passivos de resseguros - 7.1. Operações com resseguradoras

	31/12/2022					31/12/2021				
	Vida	Auto	Outros ramos	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Vida	Auto	Outros ramos	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
De 1 a 30 dias	**12.120**	**1.560**	**164**	**(20)**	**13.824**	11.228	277	2.610	(6)	14.109
De 31 a 60 dias	**10.028**	**435**	**83**	**(91)**	**10.455**	15.561	480	2.776	(10)	18.807
De 61 a 180 dias	**20.352**	**4.278**	**699**	**(728)**	**24.601**	31.148	1.738	3.243	(141)	35.988
De 181 a 365 dias	**216**	**2.939**	**6.435**	**(549)**	**9.041**	1.191	2.056	3.958	(288)	6.917
Superior a 365 dias	**10.843**	**13.645**	**9.698**	**(26.026)**	**8.160**	10.093	6.358	10.199	(19.498)	7.152
	53.559	**22.857**	**17.079**	**(27.414)**	**66.081**	69.221	10.909	22.786	(19.943)	82.973

Demonstramos a seguir a movimentação das operações com resseguradoras:

	31/12/2022	31/12/2021
Em 1º de janeiro	**102.915**	80.137
Inclusões	**158.259**	197.490
Liquidações	**(167.679)**	(174.711)
Total	**93.495**	102.916

Abaixo segue a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável dos ativos de resseguro:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.816
Constituições	6.384
Reversões	(258)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19.942
Constituições	7.472
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**27.414**

A metodologia da redução ao valor recuperável baseia-se em critérios atuariais, no conceito do desenvolvimento dos triângulos de *run-off* onde os fatores de desenvolvimento foram determinados a partir da combinação da data de pagamento dos sinistros e da data de referência, para a estimação dos créditos de resseguros a recuperar pendentes, considerando os últimos 48 meses de análise.
8. Outros valores e bens

	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor	Redução ao valor recuperável	Depreciação	Valor Líquido	Valor	Redução ao valor recuperável	Depreciação	Valor líquido
Salvados (i)	**3.830**	**(3.830)**	**-**	**-**	4.510	(4.343)	-	167
Direito de uso de imóveis (ii)	**19.672**	**-**	**(7.240)**	**12.432**	17.795	-	(4.706)	13.089
Almoxarifado	**44**	**-**	**-**	**44**	42	-	-	42
	23.546	**(3.830)**	**(7.240)**	**12.476**	22.347	(4.343)	(4.706)	13.298

Outros valores e bens	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**44**	209
Não circulante	**12.432**	13.089
	12.476	13.298

(i) Salvados relacionados somente ao ramo de automóveis.
(ii) Refere-se ao registro dos imóveis de arrendamento conforme CPC 06(R2) e IFRS16. Foram reconhecidos ativos (no longo prazo) e passivos de arrendamento de direito de uso para registro dos contratos de aluguéis da Cia.
8.1. Salvados

	31/12/2022	31/12/2021
De 1 a 30 dias	**-**	-
De 31 a 60 dias	**-**	-
De 61 a 180 dias	**-**	-
De 181 a 365 dias	**75**	198
Superior a 365 dias	**3.755**	4.145
	3.830	4.343

Abaixo segue a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de salvados:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.136
Constituições	2.666
Reversões	(1.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.343
Constituições	**1.407**
Reversões	**(1.920)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.830**

8.1.1 Movimentação de outros bens e valores

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**13.298**	**10.537**
Constituições/Reversões	**4.022**	22.716
Baixa/Acordo	**(2.823)**	(10.906)
Depreciação/RVR	**(11.707)**	(9.049)
	12.476	13.298

9. Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Acordo de mídia Tim	**-**	578
Taxa de fiscalização SUSEP	**953**	953
Acordo BSF gestão em Saúde (i)	**7.598**	15.925
Acordo Brbiz (ii)	**1.398**	6.417
Despesas antecipadas com parcerias (iii)	**12.024**	1.546
Outras despesas antecipadas	**1.573**	303
	23.546	25.722
	31/12/2022	**31/12/2021**
Circulante	**23.546**	1.618
Não circulante	**-**	24.105
	23.546	25.723

(i) No primeiro semestre de 2019 foi firmada parceria operacional com a BSF Gestão em Saúde para a intermediação no fornecimento de medicamentos aos segurados da Generali oriundos do BMG de forma exclusiva. No primeiro semestre de 2020 esta parceria foi ampliada com encerramento do contrato anterior e assinatura de um novo contrato com vigência de 20 anos. A Generali assumiu a obrigação pela aquisição dos planos de benefícios no valor de R$ 29.400, deste saldo, foi utilizado o crédito não consumido de R$ 8.400 referente ao contrato inicial para compensação do valor a pagar, adicionadas a 6 parcelas de R$1.750 que foram pagas ao longo do ano de 2020 e uma parcela final de R$10.500 em março de 2021. O plano de benefícios é diferido de acordo com a utilização e possui prazo contratual estipulado para utilização de 42 meses. Em adição, este contrato prevê a opção de compra para aquisição de 51% do capital social da BSF Gestão em Saúde, exercível em qualquer momento durante os primeiros 60 meses da vigência do presente acordo. O saldo diferido até 31 de dezembro de 2022 foi 21.592, restando 7.598 a diferir conforme a utilização.
(ii) No segundo semestre de 2020 foi firmado contrato de parceria com a BRBiz Tecnologia da Informação e Sistemas Ltda. para prestação de serviços de proteção digital que oferece monitoramento contínuo, rastreamento, segurança e proteção de dados pessoais e financeiros com vigência até junho de 2024. O valor total acordado foi de R$10.233, pela aquisição de 100 milhões de chaves de ativação, foi totalmente pago em fevereiro de 2021. O saldo diferido até 31 de dezembro de 2022 foi 8.760, restando 1.398 a diferir conforme a utilização.
(iii) A Companhia também possui diversas iniciativas junto aos parceiros comerciais para otimização, melhoria de processos e aumento de vendas, totalizando sob a rubrica de "Despesas Antecipadas com Parcerias" em 31 de dezembro de 2022 o valor de R$ 12.024, tendo como principais aportes: R$11.600 para a CMG Corretora e R$424 para o Novo Mundo.
10. Custos de aquisição diferidos

	31/12/2021	Constituições	Diferimento/ cancelamento	31/12/2022
Comissão				
Vida/acidentes pessoais	**21.974**	**236.293**	**(232.330)**	**25.937**
Prestamista	**67.733**	**124.871**	**(106.993)**	**85.611**
Demais	**43.194**	**12.629**	**(16.550)**	**39.273**
	132.901	**373.793**	**(355.873)**	**150.821**

	31/12/2020	Constituições	Diferimento/ cancelamento	31/12/2021
Comissão				
Automóveis/RCF-V	1.088	34	(1.122)	-
Vida/acidentes pessoais	6.336	164.270	(148.632)	21.974
Prestamista	69.681	137.686	(139.634)	67.733
Demais	35.110	14.206	(6.122)	43.194
	112.215	316.196	(295.510)	132.901

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**136.414**	118.166
Não circulante	**14.407**	14.735
	150.821	132.901

CONTINUA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/28/Generali1567954128022023.pdf
Hash:1677547959a58eb9cfd047480b8609ec4b212841d6

CONTINUAÇÃO

GENERALI

Generali Brasil Seguros S.A.
CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 – 16º andar
Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.220-460
Tel.: (21) 2508 0100

11. Outros créditos operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Restituição parcial up front BMG (i)	**84.543**	82.740
Restituição up front TEM (ii)	**4.202**	5.639
Outros	**6.863**	16.359
	95.608	104.738
	31/12/2022	**31/12/2021**
Circulante	**14.265**	23.242
Não circulante	**81.343**	81.496
	95.608	104.738

(i) O crédito relativo à parceria com o Banco BMG refere-se ao reembolso de 40%, corrigidos monetariamente, do valor aportado inicialmente a título de up front, recuperado na apuração do profit share que será abatido aos pagamento do BMG conforme aditivo contratual. Para maiores detalhes, vide Nota 14.
(ii) O crédito relativo à parceria com o Banco TEM refere-se ao reembolso de 100% do valor aportado inicialmente a título de "Up front", corrigido pelo equivalente a 200% do CDI, em função do distrato contratual, conforme mencionado na Nota 14. Em dezembro de 2021, foi realizado um aditivo ao distrato para devolução do saldo residual, corrigido monetariamente, em 37 parcelas mensais e consecutivas.

12. Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a compensar	**754**	653
CSLL a compensar	**288**	246
PIS/COFINS a recuperar	**1.521**	1.360
Demais tributos	**420**	420
	2.983	2.679

13. Imobilizado

	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Equipamentos de informática	1.161	-	(156)	(325)	680
Móveis, máquinas e utensílios	1.049	120	(51)	(261)	857
Benfeitoria em imóvel de terceiros	4.502	-	-	(1.420)	3.082
Outras imobilizações	17	-	-	-	17
	6.729	120	(207)	(2.006)	4.636
	31/12/2020	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**31/12/2021**
Equipamentos de informática	1.497	174	-	(510)	1.161
Móveis, máquinas e utensílios	1.323	-	(8)	(266)	1.049
Benfeitoria em imóvel de terceiros	6.091	-	(137)	(1.452)	4.502
Outras imobilizações	17	-	-	-	17
	8.928	174	(145)	(2.228)	6.729

14. Intangível

	Amortização anual	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas / Impairment	Amortização	31/12/2022
Sistemas de Informação	20%	49.941	13.650	(11.385)	(7.808)	44.398
Direito de uso canais de distribuição do BMG (i)	4,5%	85.057	-	-	(5.003)	80.054
Direito de uso canais de distribuição da TIM (ii)	12,5%	3.759	-	(3.007)	(752)	-
Direito exclusivo de estipulação Úmvida (iii)	10%	3.800	-	(3.350)	(450)	-
Direito de uso canais de distribuição Novo Mundo (iv)	7%	82.155	-	-	(4.930)	77.225
		224.712	13.650	(17.742)	(18.943)	201.677
	Amortização anual	**Valor líquido em 31/12/2020**	**Adições**	**Baixas / Impairment**	**Amortização**	**31/12/2021**
Sistemas de Informação	20%	35.303	22.747	(55)	(8.054)	49.941
Direito de uso canais de distribuição do BMG (i)	4,5%	90.060	-	-	(5.003)	85.057
Direito de uso canais de distribuição da TIM (ii)	12,5%	11.195	-	(5.079)	(2.357)	3.759
Direito exclusivo de estipulação Úmvida (iii)	10%	4.400	-	-	(600)	3.800
Direito de uso canais de distribuição LASA	20%	8.390	-	(5.993)	(2.397)	-
Direito de uso canais de distribuição Novo Mundo (iv)	7%	88.333	-	(1.178)	(5.000)	82.155
Direito de uso canais de distribuição Banco Pine	8%	20.811	-	(19.804)	(1.007)	-
Direito de uso canais de distribuição Xis	17%	11.806	-	(9.722)	(2.084)	-
		270.298	22.747	(41.831)	(26.502)	224.712

(i) O direito de uso dos canais de distribuição do BMG refere-se à exclusividade nos seus canais de distribuição para a venda de seguros massificados oferecidos pela Generali a partir de 2017. Principal foco está relacionado aos clientes do BMG pelos aposentados, pensionistas e funcionários públicos. O contrato inicial previa um prazo de vinte anos e o canal de distribuição composto pelas agências bancárias do BMG, além de três mil correspondentes e a rede de franquias Help! Loja de crédito. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R$163.922 em 30 de setembro de 2016, sendo a correspondente amortização iniciada a partir de janeiro de 2017 com base no início das emissões e no fluxo projetado da produção ao longo do prazo do contrato. Em 29 de novembro de 2019, foi celebrado um aditivo contratual, adicionando mais 2 anos ao contrato, além de ter sido acordado a devolução de 40% do valor pago pela Generali de forma antecipada, corrigido monetariamente desde o início do contrato até a data da assinatura do aditivo, perfazendo um montante R$ 83.625 que foi reconhecido na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante e apresentado na Nota 11, que serão pagos ao longo dos 20 anos de contrato. A partir de dezembro de 2019 a amortização passou a ser realizada de forma linear pelo prazo do contrato, uma vez que não há métricas de emissão de apólices para este contrato. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ativo, concluindo que não há indicativos de impairment.
(ii) Refere-se ao direito de exclusividade no uso dos canais de distribuição da TIM para comercialização dos produtos Generali. Tal parceria foi firmada em 2017 mediante o pagamento de R$31.500 realizado pela Generali a título de Up Front. A amortização teve início em janeiro de 2018 devido à entrada em produção e é amortizado de forma linear ao longo do prazo contratual. A Companhia avalia periodicamente a necessidade de ajuste ao valor recuperável de seus ativos e verificou a necessidade de ajuste de R$ 4.015 no exercício de 2019, de R$4.269 no exercício de 2020 e de R$5.079 no exercício de 2021. Em setembro de 2022 após nova avaliação de recuperabilidade do ativo, identificou-se a necessidade de novo ajuste para impairment, com o acréscimo de ajuste no valor de R$3.007, e sendo assim totalizando 100% de seu valor residual, em 31 de dezembro de 2022 o saldo total de impairment de R$16.370.
(iii) Refere-se a parceria firmada com a Univida Seguros de Pessoas que tem como finalidade a estipulação de seguros de vida, com prazo contratual de dez anos. O valor total pago pela Generali foi de R$6.000, sendo R$3.500 pago em 2018 e seu saldo remanescente (R$2.500) pago em 2019. Desta operação foi firmado contrato de cota parte com cessão de 70% à Mapfre Re do Brasil (R$4.200). O ativo é amortizado linearmente de acordo com o prazo contratual e devido a cessão de 70% desta operação à Mapfre é diferida a recuperação de custos de 70% do valor amortizado também de forma linear conforme prazo contratual. Em setembro de 2022 após nova avaliação de recuperabilidade do ativo, identificou-se a necessidade de ajuste para impairment, com o valor de R$3.350, e sendo assim totalizando 100% de seu valor residual.
(iv) Refere-se ao direito de uso dos canais de distribuição do Novo Mundo para distribuição de forma exclusiva dos seguros Generali em seus canais de distribuição. De acordo com as condições contratuais, foi realizado um pagamento antecipado no valor de R$95.000 em junho de 2019, com prazo de vigência de quinze anos. A amortização é realizada de forma linear de acordo com o prazo contratual e teve início em setembro de 2019.. Em 31 de dezembro de 2022, não tivemos indicativo de impairment após teste de recuperabilidade de ativos a Cia, com isso o saldo se manteve em R$1.178, apurado em 2021.

15. Obrigações a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Participação nos lucros a pagar	**11.046**	6.103
Serviços Assistência Técnica	**145**	139
Fornecedores	**9.990**	7.758
Royalties	**11.435**	7.892
Outras contas a pagar	**-**	4
	32.616	21.896

16. Depósitos de terceiros

Composição do depósito de terceiro das operações com seguros	31/12/2022	31/12/2021
Aging de valores recebidos pendente		
De 1 a 30 dias	**9.152**	6.475
De 31 a 60 dias	**1.195**	353
De 61 a 120 dias	**713**	687
De 121 a 180 dias	**1.140**	794
Superior a 181 dias	**2.649**	4.187
	14.849	12.496

17. Provisões para contingências e depósitos judiciais

Contingências fiscais

	31/12/2022				31/12/2021			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	11	12.563	12.563	-	12	2.773	2.773	-
Possível	3	2.733	-	861	6	3.209	-	790
Remota	-	-	-	9.019	-	-	-	8.358
	14	15.296	12.563	9.880	18	5.982	2.773	9.148

Contingências trabalhistas

	31/12/2022				31/12/2021			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	20	6.871	6.871	305	32	6.193	6.193	384
Possível	-	-	-	-	-	-	-	-
Remota	-	-	-	-	-	-	-	-
	20	6.871	6.871	305	32	6.193	6.193	384

Contingências cíveis

	31/12/2022				31/12/2021			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	674	19.150	19.150	2.287	191	14.844	14.844	5.443
Possível	175	8.008	-	1.643	453	19.233	-	1.028
Remota	421	26.373	-	67	403	19.598	-	1.855
	1.270	53.530	19.150	3.997	1.047	53.675	14.844	8.326

Contingências sinistros

	31/12/2022				31/12/2021			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	1.525	26.171	24.509	1.018	1.350	44.547	42.830	2.122
Possível	796	86.642	44.475	147	927	102.330	54.375	302
Remota	1.915	280.019	80.237	440	1.933	254.945	72.770	1.394
	4.236	392.832	149.221	1.605	4.210	401.822	169.975	3.818

Referem-se, basicamente, a:

- Fiscais – Referem-se a processos administrativos tributários devido: Indeferimento de compensação eletrônica de débitos tributários de PIS e COFINS; Processo de impugnação de lançamento de multa devido não homologação de compensação de saldos negativos de CSLL e IRPJ; Auto de infração pela cobrança de contribuição social anterior a 1996 e que já haviam sido depositados judicialmente; Processo administrativo referente ausência de recolhimento de PIS entre maio e setembro de 1996; Processo referente a débitos do pedido de parcelamento da COFINS relativos ao período de apuração entre janeiro de 1995 a setembro de 1996, os quais não foram incluídos no parcelamento; Inscrição em dívida ativa pelo não recolhimento da taxa de Licenciamento "Alvará" do Município de Itapema/SC.
- Trabalhistas – Referem-se basicamente a pedidos judiciais de Indenizações trabalhistas efetuadas por ex-funcionários e terceiros.
- Cíveis - referem-se a processos de pedidos de indenizações por danos morais, coberturas não contratuais e de processo de comercialização.
- Sinistros - existem 4.236 (4.210 em dezembro de 2021) processos relacionados a sinistros que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos referem-se em sua maioria a sinistros do ramo de automóvel e RCF. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. Os percentuais de provisão foram definidos de acordo com estudo atuarial, conforme nota 2.16.5.

Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Generali para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Provisões Técnicas" conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de sinistros a liquidar judicial direto	**149.221**	169.975
Provisão de sinistros a liquidar de cosseguro	**(728)**	(844)
IBNER judicial	**47.874**	52.792
	196.367	221.923

17.1. Movimentação de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

	31/12/2022				31/12/2021			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro	2.773	6.193	14.844	23.810	481	2.431	10.463	**13.375**
Constituições/atualizações	9.790	884	10.632	21.306	2.292	4.906	6.141	**13.339**
Liquidações/baixas	-	(206)	(6.326)	(6.532)	-	(1.144)	(1.760)	**(2.904)**
No final do exercício	**12.563**	**6.871**	**19.150**	**38.584**	**2.773**	**6.193**	**14.844**	**23.810**

17.2. Movimentação dos depósitos judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis

	31/12/2022					31/12/2021				
	Sinistros	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Sinistros	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro	3.819	9.146	385	8.326	21.676	4.951	8.955	1.437	6.086	21.429
Constituições/atualizações	200	734	22	2.091	3.047	243	539	225	3.320	4.327
Liquidações/baixas	(2.414)	-	(102)	(6.420)	(8.936)	(1.375)	(348)	(1.277)	(1.080)	(4.080)
No final do exercício	**1.605**	**9.880**	**305**	**3.997**	**15.787**	**3.819**	**9.146**	**385**	**8.326**	**21.676**

18. Provisões técnicas

18.1. Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Automóvel/RCF						
Sinistros a liquidar – Administrativos	3.240	2.167	-	(1)	3.240	2.166
Sinistros a liquidar – Judiciais	41.585	81.203	(1.697)	(9.466)	39.888	71.737
Sinistros ocorridos e não avisados	4.392	4.587	-	(58)	4.392	4.529
	49.217	87.957	(1.697)	(9.525)	47.520	78.432
Vida/acidentes pessoais						
Provisões complementar de cobertura	-	3.699	-	(1.455)	-	2.244
Provisões de prêmios não ganhos	31.807	17.792	(3.595)	(1.892)	28.212	15.900
Sinistros a liquidar – Administrativos	64.870	56.399	(40.652)	(42.078)	24.218	14.321
Sinistros a liquidar – Judiciais	135.780	123.281	(101.684)	(95.862)	34.096	27.419
Sinistros ocorridos e não avisados	115.221	44.498	(56.743)	(32.860)	58.478	11.638
	347.678	245.669	(202.674)	(174.147)	145.004	71.522
Prestamista						
Provisões de prêmios não ganhos	217.101	166.267	-	-	217.101	166.267
Sinistros a liquidar – Administrativos	64.645	16.681	(34)	(126)	64.611	16.555
Sinistros a liquidar – Judiciais	668	1.169	(243)	(465)	425	704
Sinistros ocorridos e não avisados	20.703	42.980	(129)	(850)	20.574	42.130
	303.117	227.097	(406)	(1.441)	302.711	225.656

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ramos elementares						
Provisões de prêmios não ganhos	191.049	192.589	(108.838)	(98.493)	82.211	94.096
Sinistros a liquidar – Administrativos	207.718	120.943	(195.468)	(111.378)	12.250	9.565
Sinistros a liquidar – Judiciais	18.334	19.944	(10.437)	(12.037)	7.897	7.907
Sinistros ocorridos e não avisados	12.773	11.787	(6.873)	(7.493)	5.900	4.294
	429.874	345.263	(321.616)	(229.401)	108.258	115.862
Total						
Provisões complementares de cobertura	-	3.699	-	(1.455)	-	2.244
Provisões de prêmios não ganhos	439.957	376.648	(112.433)	(100.385)	327.524	276.263
Sinistros a liquidar – Administrativos	340.473	196.190	(236.154)	(153.583)	104.319	42.607
Sinistros a liquidar – Judiciais	196.367	225.597	(114.061)	(117.830)	82.306	107.767
Sinistros ocorridos e não avisados	153.089	103.852	(63.745)	(41.261)	89.344	62.591
Total	1.129.886	905.986	(526.393)	(414.514)	603.493	491.472

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	1.062.672	829.758
Não circulante	67.214	76.228
	1.129.886	905.986

18.2. Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2022	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2021	905.986	(414.514)
Variação de PPNG	63.309	(12.048)
Sinistros avisados/ajustados	486.589	(232.934)
Correção monetária e juros de sinistros	7.596	4.128
Pagamentos e recebimentos	(379.131)	150.004
Variação IBNR	49.236	(22.484)
Variação PCC	(3.699)	1.455
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.129.886	(526.393)

	31/12/2021	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2020	814.060	(358.315)
Variação de PPNG	16.279	(3.001)
Sinistros avisados/ajustados	513.542	(229.076)
Correção monetária e juros de sinistros	(30.284)	20.731
Pagamentos e recebimentos	(417.978)	156.027
Variação IBNR	17.432	(4.849)
Variação PCC	(7.065)	3.969
Saldos em 31 de dezembro de 2021	905.986	(414.514)

19. Garantias das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil (BACEN) através da Resolução nº 4.984, de 17 de fevereiro de 2012 com suas alterações posteriores, e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 432, de 12 de setembro de 2021, com suas alterações posteriores, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas – seguros	**1.129.886**	905.986
Exclusões		
Provisões técnicas – resseguros	(465.010)	(351.011)
Direitos creditórios	(80.552)	(79.782)
Custos de aquisição diferidos redutores	(64.851)	(52.252)
Depósitos judiciais redutores	(1.061)	(335)
Total das exclusões	**(611.474)**	(483.380)
Provisões técnicas para cobertura	**518.412**	422.606
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	520.297	360.895
Títulos públicos	255.681	108.141
Total das garantias das provisões técnicas	**775.978**	469.036
Suficiência	**257.566**	46.430

20. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Estão sendo desconsiderados da análise abaixo os sinistros avisados e pagos no mesmo ano, uma vez que não há incerteza sobre o montante e tempestividade da indenização, conforme CPC11 - Contrato de Seguros, parágrafo 39, alínea (c) (iii).

20.1. Sinistros brutos de resseguro

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	532.614	354.585	388.252	341.803	439.318	341.407	2.397.979
Um ano após o aviso	456.016	360.107	402.131	356.862	431.049	-	2.006.165
Dois anos após o aviso	426.095	360.975	416.760	359.647	-	-	1.563.477
Três anos após o aviso	435.937	362.628	422.643	-	-	-	1.221.208
Quatro anos após o aviso	455.836	366.488	-	-	-	-	822.324
Cinco anos após o aviso	442.996	-	-	-	-	-	442.996
Estimativa dos sinistros	442.996	366.488	422.643	359.647	431.049	341.407	2.364.230
Pagamentos de sinistros efetuados	344.877	339.202	391.593	319.230	380.648	194.018	1.969.568
Sinistros pendentes	98.119	27.286	31.050	40.417	50.401	147.389	394.662
Outros IBNER							142.178
Sinistros pendentes contábil							536.840
IBNR							153.089
Reserva de sinistros							689.929

20.2. Sinistros líquidos de resseguro

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	320.623	241.074	246.486	193.391	183.353	103.671	1.288.598
Um ano após o aviso	200.770	181.494	150.279	125.446	65.788	-	723.777
Dois anos após o aviso	180.453	175.247	169.245	114.401	-	-	639.346
Três anos após o aviso	194.891	187.886	166.296	-	-	-	549.073
Quatro anos após o aviso	205.938	180.967	-	-	-	-	386.905
Cinco anos após o aviso	178.132	-	-	-	-	-	178.132
Estimativa dos sinistros	178.132	180.967	166.296	114.401	65.788	103.671	809.255
Pagamentos de sinistros efetuados	154.313	177.841	162.191	110.689	64.540	43.964	713.538
Sinistros pendentes	23.819	3.126	4.105	3.712	1.248	59.707	95.717
Outros IBNER							90.908
Sinistros pendentes contábil							186.625
IBNR							89.344
Reserva de sinistros							275.969

21. Provisão de sinistros a liquidar

21.1. Movimentação de sinistros a liquidar

	31/12/2022			31/12/2021		
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro
Em 1º de janeiro	421.787	(271.413)	150.374	356.508	(219.095)	137.413
Constituições/reestimativas	486.588	(232.933)	253.655	513.542	(229.076)	284.466
Liquidações	(379.131)	150.003	(229.128)	(417.979)	156.027	(261.952)
Atualizações	7.596	4.128	11.724	(30.284)	20.731	(9.553)
	536.840	**(350.215)**	**186.625**	421.787	(271.413)	150.374

21.2. Aging de sinistros a liquidar

	31/12/2022		
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro
De 0 a 30 dias	28.406	**(18.690)**	9.716
De 31 a 60 dias	38.184	**(11.573)**	26.611
De 61 a 365 dias	127.164	**(91.862)**	35.302
Acima de 365 dias	343.086	**(228.090)**	114.996
	536.840	**(350.215)**	186.625

	31/12/2021		
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro
De 0 a 30 dias	30.223	(11.578)	18.645
De 31 a 60 dias	19.544	(11.284)	8.260
De 61 a 365 dias	86.151	(57.752)	28.399
Acima de 365 dias	285.869	(190.799)	95.070
	421.787	(271.413)	150.374

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 26 de janeiro de 2022, na Assembleia Geral Extraordinária realizada, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R$40.000, com a emissão de 503.778 novas ações, elevando-se o capital social de R$1.637.818 para R$1.677.819, representado por 6.008.062 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 698, publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2022.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia se encontra totalmente integralizado pelo valor de R$1.637.819 (R$1.563.401 em 31 de dezembro de 2020), representado por 5.504.284 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (4.661.665 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020), detidas integralmente por acionistas domiciliados no exterior.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R$49.418, com a emissão de 566.739 novas ações, elevando-se o capital social de R$1.588.401 para R$1.637.819, representado por 5.504.284 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

CONTINUA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/02/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/28/Generali1567954128022023.pdf
Hash:1677547959a58eb9cfd047480b8609ec4b212841d6

CONTINUAÇÃO

GENERALI

Generali Brasil Seguros S.A.
CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57
Sede Social - Av. Barão de Tefé, 34 – 16º andar
Rio de Janeiro – RJ – Cep: 20.220-460
Tel.: (21) 2508 0100

O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 410, publicada no Diário Oficial da União em 27 de setembro de 2021.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2021, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R$25.000, com a emissão de 275.880 novas ações, elevando-se o capital social de R$1.563.401 para R$1.588.401, representado por 4.937.544 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 145, publicada no Diário Oficial da União em 11 de maio de 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Numerador		
Lucro/Prejuízo do exercício	24.507	(56.866)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada das ações em circulação	6.008.062	5.504.284
Lucro/Prejuízo por ação em R$	**4,08**	**(10,33)**

22.2. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), margem de solvência e exigência de capital

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	491.468	430.620
Despesas antecipadas	(23.546)	(25.722)
Obras de arte	(43)	(43)
Intangível	(201.677)	(224.712)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (-)	(25.074)	(18.777)
PLA nivel I	241.128	161.366
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	31.857	15.957
PLA nivel II	31.857	15.957
PLA nivel III	-	-
Patrimônio líquido ajustado - PLA (i)	272.985	177.324
Capital base - CB (a)	8.100	15.000
Capital - risco de subscrição	146.204	115.551
Capital - risco de crédito	23.014	22.209
Capital - risco operacional	4.131	4.177
Capital - risco de mercado	6.578	6.178
Benefício da diversificação	(14.523)	(14.033)
Capital adicional de risco - CR (b)	164.972	134.082
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	164.972	134.082
Patrimônio líquido ajustado	272.985	177.324
(-) Exigência de capital - EC	164.972	134.082
Suficiência de capital - R$	108.013	43.242
Suficiência de capital - % da EC	165,5%	132,3%
Ativos garantidores aceitos	775.978	469.037
Provisões técnicas	518.412	422.606
Índice de cobertura das provisões técnicas	50%	11%

(i) PLA calculado pela soma do PLA de nível I, do PLA de nível II e do PLA de nível III, e em dezembro de 2022 encontram-se adequados aos limites definidos pelo órgão regulador.

23. Ramos de atuação da seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade %	Custo de aquisição	Índice - % comissionamento
Em 31 de dezembro de 2022					
Automóveis/RCF-V	**(7.324)**	**(21.722)**	**(297)**	**739**	**10**
Vida - Acidentes pessoais	**688.043**	**(253.033)**	**37**	**(277.217)**	**40**
Vida - Prestamista	**358.728**	**(95.616)**	**27**	**(208.653)**	**58**
Demais	**183.754**	**(116.218)**	**63**	**(46.732)**	**25**
	1.223.201	**(486.589)**	**40**	**(531.863)**	**43**
Em 31 de dezembro de 2021					
Automóveis/RCF-V	7.114	(39.217)	551	(1.129)	16
Vida - Acidentes pessoais	469.989	(281.424)	60	(173.891)	37
Vida - Prestamista	360.997	(163.262)	45	(141.729)	39
Demais	193.229	(29.639)	15	(46.892)	24
	1.031.329	(513.542)	50	(363.641)	35

24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício.
A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até julho de 2022 a alíquota de 15% sobre o lucro tributável. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”), convertida na Lei nº 14.446, em 02 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador em um porcento (1%), durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.
A Generali apurou o total de R$ 9.223 de Imposto de renda e 5.723 de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no ano, totalizando uma alíquota efetiva de 37,88%.
Em 31 de dezembro de 2022, a Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais no montante de R$1.107.657 (R$ 1.123.936 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa de contribuição social no montante de R$1.115.763 (R$1.131.729 em 31 de dezembro de 2021). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias, em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações.

25. Remuneração baseada em ações

Alguns executivos da Companhia participam do plano multianual, aprovado pela Assicurazioni Generali de distribuição de suas ações ordinárias, sujeitas à aprovação da assembleia de acionistas do Grupo. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Generali, que fizeram jus às opções da Assicurazioni Generali, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 7.240 (R$5.247 em 31 de dezembro de 2021).

26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

a) Custo de aquisição

	31/12/2022	31/12/2021
Comissão sobre prêmios emitidos	(332.852)	(272.802)
Comissão de agenciamento	(15.493)	(24.818)
Recuperação de comissões	617	579
Despesas com incentivo à produção e pro labore	(202.020)	(87.221)
Outras despesas de comercialização	(36)	(64)
Variação das despesas de comercialização diferidas	17.921	20.685
	(531.863)	(363.641)

b) Outras despesas e receitas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais		
Créditos assistência	-	777
Outras receitas com resseguro	4	-
Outras receitas operacionais	5.055	700
	5.059	**1.477**

	31/12/2022	31/12/2021
Outras despesas operacionais		
Débitos assistência	-	(2.522)
Despesas operacionais – seguros	(57.707)	(61.451)
Despesa com serviços de terceiros	(4.018)	(2.362)
Provisão para riscos de créditos	2.858	(18.336)
Despesas com cobrança	(78)	(146)
Lucros atribuídos	(950)	(556)
Provisões cíveis	(4.381)	(4.381)
	(64.276)	**(89.754)**
	(59.217)	**(88.277)**

c) Resultado com operações de resseguros

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com resseguro		
Indenizações de sinistros	189.705	217.725
Participações em lucros	1.458	500
Despesas de sinistros	29.627	20.784
Variações de IBNR e IBNER	36.085	(4.583)
	256.875	234.426
Despesas com resseguro		
Despesas com prêmio resseguro	(243.771)	(217.152)
Variações despesas de resseguros	10.659	3.014
Provisão complementar de cobertura resseguro	(1.455)	(3.969)
Provisão de excedente técnico de resseguro	1.388	(12)
	(233.179)	(218.119)
	23.696	16.307

d) Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal próprio	(67.973)	(57.118)
Despesas com serviços de terceiros	(41.167)	(23.124)
Despesas com localização e funcionamento	(33.110)	(37.554)
Despesas judiciais	(578)	(3.067)
Outras despesas administrativas	(4.877)	(4.860)
	(147.705)	(125.723)

e) Despesas com tributos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões fiscais	(9.793)	(2.816)
Taxa de fiscalização	(3.811)	(3.344)
Despesas com PIS	(5.321)	(3.399)
Despesas com COFINS	(32.747)	(20.917)
Outras despesas com tributos	(2.898)	(2.268)
	(54.570)	(32.744)

f) Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Operações de seguros e resseguros	227	138
Títulos de renda fixa	73.405	27.460
Correção monetária com reembolso Up Front BMG	7.087	2.673
Correção monetária com reembolso Up Front TEM	483	400
Outras receitas financeiras	15.494	1.737
	96.696	32.408
Despesas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros	(1.803)	(9.553)
Outras despesas financeiras	(3.088)	(6.731)
	(4.891)	(16.284)
	91.805	16.124

g) Ganhos/ Perdas com ativos não correntes

	31/12/2022	31/12/2021
Receita encerramento Up Front Lasa	-	10.500
Despesa valor residual Up Front Lasa	-	(5.993)
Receita encerramento Up Front Banco Pine	-	24.400
Despesa valor residual Up Front Banco Pine	-	(19.804)
Baixa de Ativos Imobilizados/Intangíveis	(11.592)	(200)
Outras Ganhos/ Perdas não correntes	2.329	(498)
	(9.263)	**8.405**

27. Transações com partes relacionadas

A remuneração total dos administradores da Seguradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 5.584 (R$3.942 em 2021), as quais são benefícios de curto prazo.
A Seguradora efetua operações de resseguro com empresas integrantes do Grupo, Assicurazioni Generali S.p.A., Generali Itália e Generali Espanha, as quais são realizadas em condições pactuadas entre as partes. A principal operação com essas empresas compreende a operação de resseguro, envolvendo o repasse de prêmios registrados na rubrica “Prêmios Resseguros Cedidos”, recuperação de comissões registrados na rubrica “Custos de aquisição” e recuperação de sinistros registrados na rubrica “Sinistros retidos”.
A Europ Assistance, uma joint venture entre a Assicurazioni Generali S.p.A. com terceiros, presta serviços de suporte e assistência aos diversos ramos de seguro da Generali, principalmente os de auto e vida, a saber: assistência para veículos, assistência funeral, assistência domiciliar, dentre outros.
O BMG Seguros estabeleceu sociedade com a Assicurazioni Generali S.p. A. e efetua transações com a operação de Cosseguro, envolvendo o repasse de prêmios de produtos de Compreensivo Empresarial.

	Ativo		Passivo		Resultado	
Partes relacionadas	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Assicurazioni Generali S.p.A.	**3.039**	2.569	**3.303**	3.556	**140**	(12.383)
Generali Itália	**394**	32	**6.582**	1.654	**(25.491)**	(17.717)
Europ Assistance	**-**	-	**145**	139	**(6.241)**	(5.769)
BMG Seguros	**371**	81	**-**	-	**168**	82
Generali Espanha	**3.051**	1.494	**17.816**	37.234	**(30.413)**	(35.740)
Total	**6.855**	4.176	**27.846**	42.583	**(61.837)**	(71.527)

Diretor-Presidente
Andrea Crisanaz
Diretores
Andrea Crisanaz
Conrado Gordon
Alexandre Muniz
Abdelkarim Ajroud
Geraldo Lemos

Conselheiros
Riccardo Candoni
Andrea Crisanaz
Valentina Sarrocco
Patricia Espirito Santo

Contador
Bruno Pinheiro
CRC RJ111563/O-0

Atuário
Rubens Moreira Bastos
MIBA nº 1.370

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Generali Brasil Seguros S.A.**
Rio de Janeiro – RJ

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Generali Brasil Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A Auditoria Atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Generali Brasil Seguros S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à Auditoria Atuarial Independente.

Responsabilidade da administração: A Administração da Generali Brasil Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Generali Brasil Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Generali Brasil Seguros S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

Grant Thornton

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ nº 33.950.548/0001-51 - CIBA nº 161

Elmo Henrique de Moraes
Atuário - MIBA 2040

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Generali Brasil Seguros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Generali Brasil Seguros S.A. (“Seguradora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ”. Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. – A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. – Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. – A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Seguradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa
Contador - CRC 1SP167720/O-1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/02/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/28/Generali1567954128022023.pdf
Hash:1677547959a58eb9cfd047480b8609ec4b212841d6